

CAPÍTULO 13

Síntese das memórias docente e formação acadêmica

Roseli Bernardo Silva dos Santos

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-31-2.c13>

1. Trajetória profissional e acadêmica

A partir de 1988 iniciei minha carreira de Magistério como professora do Ex-território Federal de Roraima, como professora de Geografia. Minha trajetória em Roraima se firmou pela militância em defesa dos povos indígenas que vivem nesta região. E, apesar da formação em Geografia licenciatura plena, fui cursar em 1996 Ciências Sociais com habitação em Antropologia Social na Universidade Federal de Roraima, pois percebi que a minha graduação, com um viés positivista, demandava uma outra formação, que fosse capaz de interpretar tais realidades e lógica sob a perspectiva dos povos indígenas.

O início de minha vida profissional em Roraima foi fortemente marcado por uma prática para atender as diferenças, principalmente as relacionadas à educação escolar indígena, pois os indígenas têm um jeito próprio de ver e sentir o mundo e o modo dos não indígenas se distancia de suas ancestralidades, assim é traduzido por Bergamaschi (2007), sobre o cerne da cosmologia ocidental moderna movida pela ciência que ordena o mundo e fragmenta o conhecimento. Nesses termos, constitui-se a escola como um projeto educativo para a formação do cidadão, com uma identidade nacional.

Na região do município do Uiramutã, na fronteira com a República Cooperativa da Guiana, passei um ano convivendo com os colonos e povos indígenas, ministrei aulas de caráter interdisciplinar para as crianças indígenas e não indígenas do vilarejo. A região era rica em ouro e diamante, contexto que muito me chamava atenção pela violência aos povos indígenas, pois os anos de 1990 foram marcados pelos conflitos entre

fazendeiros, indígenas e garimpeiros; neste período movimentos indígenas em sua efervescência lutavam pela retomada de seus territórios, mesmo em condições políticas e burocráticas adversas.

A prática no ensino fundamental e médio a partir de 1988 como professora de Geografia na Educação Básica foi marcante, pois, como a falta de professores na escola localizada na fronteira era muito expressiva, então ministrei outras disciplinas, como História e Ciências da Natureza, por exemplo. Nesse cenário, confesso que minha imaturidade era grande, pois a formação acadêmica também limitava os saberes para o atendimento às crianças, pois não tive formação técnico-pedagógica em nível de magistério. Uma pena, pois “[...] a formação inicial de professores é um momento especial para conhecer a área de atuação do professor e suas especificidades” (SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

No período de 1991, quando transferida para Boa Vista, comecei a trabalhar na Escola de Formação de Professores, ministrando aulas de Geografia e metodologias de ensino, para a formação regular e formação específica em magistério indígena. Assim, fui adquirindo novas práticas em interação com as colegas de trabalho. Senti-me mais envolvida com os estudantes e com a formação de Professores Indígenas em períodos de férias. A partir deste envolvimento, fiquei mais apaixonada pela luta dos povos originários.

Em 2002 houve uma transição de Magistério nível médio para a criação de um projeto para a formação superior dos professores em Roraima, de modo que passamos para Instituto Superior de Educação de Roraima. Iniciei ministrando a disciplina de Metodologia de Resolução de Problemas, além de outras relacionadas à prática, tais como: Desenvolvimento de Projetos, Educação Indígena, Seminário da Prática Profissional, Metodologia de Resolução de Problemas, Estágio I, II e III.

Essa foi uma experiência prazerosa, porém muito marcada por observações que me faziam refletir com duras críticas sobre os conchaves políticos que existem para manter os chamados *“elefantes brancos”*, termo usado para obras faraônicas construídas com recursos exacerbados. Porém, havia professores cheios de sonhos no mundo acadêmico e gestores que comandavam coordenações com título de gerências instituídas pelo governo local.

Apesar de tudo, os educadores e acadêmicos sobreviveram até a criação da Universidade Estadual de Roraima, que até hoje enfrenta dilemas de intromissão dos políticos locais. Neste período fui professora colaboradora na Universidade Federal de Roraima por meio da disciplina Introdução à Sociologia, atuando na formação continuada de professores, que contemplava um projeto para os professores lotados pela prefeitura municipal.

Com a redistribuição para Centro Federal de Educação Tecnológica, em 2015 me senti mais confortável, já que, por se tratar de uma Instituição Federal, adentrei com mais liberdade e fui seguindo até a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, ministrando as disciplinas de Fundamentos de Sociologia, Homem e Sociedade, Metodologia Científica e demais disciplinas da área de Educação e Turismo, além de atender aos cursos de pós-graduação para Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissionalizante, sem me distanciar das atividades no ensino básico, técnico e tecnológico profissionalizante regular e na educação de jovens e adultos, bem como nos cursos técnicos subsequentes. Atualmente estou vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da IFRR e UER.

As proximidades com os povos originários contribuíram para intensificar meu olhar sobre a luta dos povos em defesa de uma educação diferenciada e a luta pela terra. Com os novos movimentos sociais, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual garantiu a consolidação do artigo 231 e 322 da Constituição Federal e fez valer os projetos de educação diferenciada aos povos indígenas. A partir do olhar e reflexão sobre as realidades sociais e culturais das etnias, vinculo os meus projetos de pesquisa à categoria indígena. Minhas percepções sobre o Estado seguem dimensões políticas voltadas ao direito às diferenças.

Devido às condições geográficas no que se refere à distância entre Roraima e os demais estados brasileiros, minha formação continuada na pós-graduação foi sequenciada a partir de 1998, minha primeira pós-graduação foi uma Especialização em Metodologia do Ensino Superior em Patrocínio, MG. Após cinco anos ingressei no programa de Mestrado em Ciência da Educação, em Cuba; e 10 anos depois fui buscar um doutorado no Rio Grande do Sul, em uma universidade jesuíta, a Universidade do

Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, que fortaleceu meu projeto de pesquisa sobre povos indígenas.

Compreendo que, para trabalhar numa dimensão étnica, é imprescindível adotar uma postura interpretativa da realidade. Portanto, o trabalho de Geertz (1992) me fez entender que a interpretação tem seu dinamismo no contexto cultural que compreende a teia de significados. Neste momento, fica claro nossas fragilidades quando nos deparamos com as especificidades educativas se não dialogamos com abordagens que aproximem a prática aos atores sociais do contexto cultural com o qual estabelecemos relações.

Ingressar no Mestrado em Ciências da Educação Superior em Cuba oportunizou mais uma vez uma maturação crítica sobre o sistema educativo. A universidade de Matanzas reunia novos aprendizados. Lá estavam presentes estudantes de trinta países, entre estes aqueles com viés de luta e resistência. Nesse contexto, fui me ressignificando sobre a própria identidade nacional e profissional. Descobri que a identidade nacional entre os povos de diferentes locais tinha um peso forte, quando os sujeitos afirmavam suas origens, embora a ideia de nação esteja construída pelos processos históricos que reafirmam os sujeitos empoderados pelos discursos e símbolos. Esta ideia é assim contemplada por Moreno (2014, p. 10):

[...] a identidade nacional como um construto discursivo – com suas contradições e lacunas –, é interessante perceber, no lado oposto, a longevidade das representações em torno das identidades nacionais, demarcando ainda um “território de imaginação” por onde as disputas materiais e simbólicas se estabelecem.

Percebendo aquela dimensão de pertencimento, foi fundamental compreender os processos de interações sociais, a partir daquela realidade além das ações de solidariedade. Busquei conhecer em Cuba outros lugares e o enfrentamento da população contra o imperialismo americano tão dilacerador para o povo cubano, ao ponto de desconstruir o viés socialista, quando projetos neoliberais eram infiltrados, fragilizando a situação através dos embargos econômicos, o que levou muitas famílias a rechaçar o sistema e buscar a fuga, arriscando suas vidas pelo atlântico até Miami. Porém, a educação se via ainda voltada para a metodologia de resolução de problemas com abordagens marxistas, sobre a qual desenvolvi minha pesquisa de mestrado na aldeia indígena.

A metodologia de resolução de problemas tinha como principal referência a escola Soviética de excelência, pautada por teóricos oriundos da tomada do socialismo na URSS desde a revolução em 1917. Toda metodologia contemplada era fundamentada em Majmutov (1968), que estabeleceu a aprendizagem a partir do ensino problematizador, o qual desenvolve a atividade criativa dos estudantes.

Nessa perspectiva, o processo docente educativo se desenvolve em três etapas. Conforme Santos (2001), há:

- 1- *A exposição Problema: que se caracteriza pela introdução de um conteúdo demonstrado pelo professor com uma problematização, assim os alunos já iniciam a partir de suas funções cognitivas o processo de respostas, porém neste princípio o professor apresenta respostas ao problema no sentido de proporcionar motivações para novas buscas.*
- 2- *Busca parcial: Trata-se de uma etapa que tem como objetivo a elaboração de um problema que possibilite ao aluno e ao professor construir suas respostas através das interações, assim os estudantes adquirem os procedimentos necessários para a aquisição das respostas através de observações e análises.*
- 3- *Investigação independente: Nesta etapa, após o processo de maturação dos estudantes já desenvolvido anteriormente, o procedimento de busca segue de forma independente construído a partir de conceitos científicos, análises e interpretações, ressignificando conhecimentos e laborando projetos.*

Com estes princípios, desenvolvi uma pesquisa considerando os procedimentos utilizados no país, desencadeados a partir de uma concepção dialética, tendo em vista compreender os processos educativos partindo das transformações sociais e princípios de contradição, mudanças qualitativas para um determinado universo social. O trabalho se desenvolveu com prática do ensino da Geografia e as potencialidades dos alunos indígenas da educação básica de uma comunidade indígena.

Ao terminar o mestrado, só após dois anos consegui uma convalidação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este acontecimento foi fundamental para fortalecer as instituições de ensino superior, uma vez que necessitava de profissionais com seus títulos convalidados nos cursos de graduação, o que proporcionou a redistribuição como servidora de Ex-Território Federal para o CEFET, atual IFRR.

Aos ingressar no doutorado em Ciência Sociais, no Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, desenvolvi um trabalho de pesquisa voltado para os indígenas citadinos trabalhadores da construção civil. A referida Tese foi construída à luz de uma análise teórica dos estudos de identidade e etnicidade, tendo em vista que a identidade tem seu caráter dinâmico e de transformação dentro de um contexto de transição, situações de conflitos, novas referências, e é por este meio que o sujeito realiza suas necessidades de adaptação.

Compreendi ao longo das investigações que a identitária tem uma dimensão processual. Conforme Follmann (2001), trata-se de um conjunto, em processo, de traços resultantes da interação entre os sujeitos, diferenciando-se e sendo considerados diferentes uns dos outros; ou assemelhando-se e sendo considerados semelhantes uns aos outros, pois carregam em si as trajetórias vividas por esses sujeitos em nível individual e coletivo na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e senso estratégico dos quais são portadores) em função de seus diferentes projetos, individuais e coletivos.

A identidade está sempre em um jogo de influência com os outros: eu sou influenciado pela identidade do outro, e a minha identidade influencia a do outro. Isso se dá em um movimento constante, no qual os outros definem o eu na relação com eles e essas definições são mutuamente caminhos de sinais com mensagens verbais e não verbais, tais como as escolhas de objetos ou de um estilo pessoal. Assim, busquei uma compreensão de que o fenômeno se desdobra de forma biodimensional, pois esta se centra de forma pessoal e social. Nesta situação, a identidade pessoal surge como a atualização de um processo de identificação envolvida pela noção de grupo, particularmente de um grupo social.

Também busquei complementar os trabalhos de Cardoso de Oliveira (1976), aportado em Goffman, considerando que a identidade social e identidade pessoal são partes, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo, cuja identidade está em questão. Nesta compreensão, o conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações.

Foi necessário compreender que a identidade pessoal e social está interconectada, permitindo-nos torná-la como dimensões de um mesmo fenômeno situado em diferentes níveis de realização. A noção de identidade é delineada na conexão entre o pessoal e o social, “[...] pois esta, também, de algum modo é o reflexo daquela” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 05), assim sendo esta dimensão é constituída por uma parte relacional, na qual os outros definem o eu, dando-se, então, a marcação da diferença ou identidade em questão. Isso se constitui na relação de autoidentificação e identificação do outro.

Como se tratava de uma pesquisa com indígenas trabalhadores na cidade, analisar a identidade no contexto urbano e, principalmente, sobre os povos indígenas é investigar sobre o sentimento de pertença destes, como suas manifestações culturais ou conflitos que percorrem de forma relacional, pois sua existência depende de algo que está fora, que falta. Nesta extensão, busquei entender o pertencimento indígena a partir da etnicidade.

Para abordar a questão da identidade étnica, realizei uma apreciação acerca da etnicidade como um dos fenômenos resultantes das representações sociais contemporâneas, principalmente nos períodos pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, para compreender etnia ou etnicidade se fez necessário recorrer a Cardoso de Oliveira (1976) diante da perspectiva antropológica.

A partir de Cunha (1987), estabeleci a conexão para afirmar que a etnicidade é linguagem em seu sentido mais lato, portanto se manifesta nas formas institucionais tanto de crenças como de valores, não simplesmente no sentido de remeter a algo fora dela, como naquele de permitir a comunicação. Isso porque, como forma de organização política, ela só existe em um meio mais amplo, e é esse meio que dá os quadros e as categorias dessa linguagem.

Porém, a etnicidade é mais bem entendida como uma forma de organização política. Isso implica considerar que ela não difere de outras formas de definição de grupos do ponto de vista organizatório; o que a distingue é de ordem da retórica empregada para demarcar-se como grupo, invocando uma origem e uma cultura comum em relação a uma assunção de fé ou de genealogias compartilhadas pelos grupos religiosos e de parentesco. Assim, não mais que outros grupos, a etnicidade não

seria uma categoria analítica, mas uma categoria “nativa”, isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante.

Sobre a literatura local, destaquei Diniz (1972) com os estudos etnográficos acerca dos processos de colonização e os conflitos entre índios e seus senhores na região. Neste percurso, o autor chama a atenção sobre as formas de manter os indígenas escravos nas fazendas de gado. Assim, foi possível estabelecer uma relação entre os atores investigados e os aspectos históricos na região. Durante o percurso investigativo, foi possível compreender que as cidades chegaram aos indígenas de maneira muito expressiva e distanciando-os para outros lugares. Neste sentido, os povos estão sempre se deslocando não somente por situações de escassez, mas também porque são praticamente expulsos de suas terras.

A investigação seguiu um caráter qualitativo, considerando a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito de forma descritiva e interpretativa. A abordagem investigativa abarcou um cunho antropológico, o qual permitiu maior aproximação entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Desse modo, os sujeitos investigados puderam interagir dentro de um processo de constante dialogicidade durante os procedimentos de entrevistas semiestruturadas. Nessa condição, busca-se uma interpretação embasada na concepção de Geertz (1992), para quem a investigação não é só fruto da observação pura e simples, mas de um diálogo e de uma negociação de pontos de vista, entre pesquisador e pesquisados.

Assim, realizei mapeamento na cidade, busquei aquele que apresenta maior evidência de canteiros de obras em construção, no qual se encontravam os trabalhadores para explicar sobre o objetivo da presença da pesquisadora, e em seguida solicitei a sua permissão para iniciar o trabalho investigativo. Foi realizada observação direta com os atores escolhidos em número de cinco pessoas atuantes na área de trabalho, com objetivo de identificar as relações e interações sociais as quais foram interpretadas nas ações do cotidiano. Além do ambiente de trabalho, foi necessário acompanhar o espaço familiar/residencial de cada trabalhador, possibilitando um olhar minucioso sobre suas experiências. Esse procedimento foi complementado pelas técnicas de entrevistas em profundidade, o que possibilita revelar as situações cotidianas.

Quando fui convidada como professora do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima, a trajetória profissional e acadêmica se consolidou nas produções científicas, bem como na divulgação a partir de alguns canais da América Latina e de outras unidades da Federação do Brasil via palestras, seminários e congressos.

Como educar é um ato político, de acordo com Paulo Freire, busquei ao longo desses anos participar junto aos projetos ativamente dos movimentos em defesa dos territórios indígenas e da educação diferenciada. Perdi muitos companheiros indígenas, entre eles os alunos do magistério indígena, dos quais aprendi muitas lições, entre elas que ninguém retira de um povo a sua identidade étnica e esta se fortalece nos movimentos de resistência.

Sempre que estou diante dos alunos, logo percebem a minha concepção política. Desde 2014, fui coordenadora geral de um programa pensado pelas políticas afirmativas, o qual se intitula *Ação Saberes Indígenas na Escola*, vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, regulamentado pela Portaria nº 98, de 6 de dezembro de 2013, pautado pelos princípios da especificidade, da interculturalidade, do multilinguismo e organização comunitária, desenvolvida em regime de colaboração entre os entes federativos e as Instituições de Ensino Superior.

Os objetivos desse programa visavam a promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica nas escolas indígenas; oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas; oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas; fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

A ação foi desenvolvida em Roraima, atendendo as etnias, Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Waiwai e Wapichana, as quais produziram materiais em suas respectivas regiões. Assim, ressignifico a luta em defesa de uma educação indígena diferenciada, reconhecendo a relevância dos movimentos sociais no diálogo com a universidade no sentido de interagir e considerar a dimensão do ensino, pesquisa e extensão como base de sustentação para a transformação da sociedade. Embora muitos de nossos projetos tenham sido suprimidos ou fragilizados em meio de um verdadeiro retrocesso e genocídio das populações tradicionais na atual conjuntura política, há muita resistência por parte das organizações indígenas e suas respectivas lideranças.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias guarani. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 197-213, maio/ago. 2007. Disponível em: www.scielo.br/j/ccedes/a/FbPmgf6CRTZKkHKyYtTvGn/?format=pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.
- CARDOSO DE OLIVEIRA. **Identidade etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo VIII- dos índios (ARTS, 231 e 232). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.
- DINIZ, Edson. **Os índios Macuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional**. Marília: Editora UNICAMP, 1972.
- FOLLMANN, J. Identidade como conceito sociológico. **Revista de ciências sociais**. Vol. 37 nº 158, São Leopoldo. UNISINOS. 2001.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretações das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.
- CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil: mito história e etnicidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1987.
- MAJMUTOV. M. **La enseñanza problémica**. La Habana Editorial. Pueblo y Educación, 1968.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. PORTARIA Nº 98, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013. **Ação Saberes Indígenas na Escola**.

MORENO, JC. Revisitando o conceito de identidade nacional. *In*: RODRIGUES, CC., LUCA, T. R; GUIMARÃES, V. (orgs.). **Identities brasileiras**: composições e recomposições [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 7-29. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5.

SANTOS; SILVA; OLIVEIRA. Formação de professores: o desafio da prática. Formação de professores, contextos, sentidos e prática. **VI Seminário internacional sobre profissionalização docente**. UNG-SP. 2017.

SANTOS, Roseli. **Potencialidades de la enseñanza problemática para el desarrollo de las experiencias de la actividad creadora en las clases de Geografía de la escuela indígena de Tabalascada**. 2001. Tese (de maestria) Universidad de Matanzas, Cuba.

Autora

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Instituto Federal de Roraima (IFRR).